

ESTUDO SOBRE AS MICROEMPRESAS
E EMPRESAS DE PEQUENO PORTE EM ALAGOAS

Secretaria do
Planejamento, Gestão
e Patrimônio

GOVERNO DO ESTADO



TRABALHANDO SÉRIO A GENTE CHEGA LÁ

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS
SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO
SECRETARIA EXECUTIVA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO
NÚCLEO DE ESTUDOS E PROJETOS

**ESTUDO SOBRE AS MICROEMPRESAS E EMPRESAS DE
PEQUENO PORTE DE ALAGOAS**

MACEIÓ
2016

GOVERNO DO ESTADO DE ALAGOAS

Governador – José Renan Vasconcelos Calheiros Filho

Vice – Governador – José Luciano Barbosa da Silva

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO, GESTÃO E PATRIMÔNIO – SEPLAG

Secretário de Estado- Carlos Christian Reis Teixeira

Secretário Executivo de Planejamento e Gestão – Genildo José da Silva

Chefe de Gabinete – Kyssia Kamilla de Araújo Vilela Borges

NÚCLEO DE ESTUDOS E PROJETOS

Coordenador – Cícero Péricles de Oliveira
Carvalho

EQUIPE TÉCNICA

Izabelita Oliveira Barboza
Larissa Camila Torres Pinto
Sarah Regina Nascimento Pessoa

RESPONSÁVEL PELO ESTUDO

Larissa Camila Torres Pinto

EQUIPE DE REVISÃO

Cícero Péricles de Oliveira Carvalho
Genildo José da Silva

ASSESSORIA DE COMUNICAÇÃO

Assessora de Interação Social – Laura Veloso Lima
Assessora de Comunicação – Julianne Lima Leão
Designer Gráfico – Pedro Fernandes M. de Oliveira

NORMALIZAÇÃO E DIVULGAÇÃO

Biblioteca Luiz Sávio de Almeida
Gerente – Maria Gorileide P. de Oliveira

REALIZAÇÃO

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e
Patrimônio – SEPLAG

Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de
Alagoas – FAPEAL

Disponível para consulta e download no site dados.al.gov.br. É permitida a reprodução total ou parcial dos textos deste estudo, desde que seja citada a fonte.

Bibliotecária Responsável: Maria Gorileide P. de Oliveira – CRB-4/1524

Alagoas. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio.

Estudo sobre as Microempresas e Empresas de Pequeno Porte de Alagoas/Alagoas.
Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio. – Maceió: SEPLAG,
2016.

47p.

1. Alagoas – Microempresas. 2. Empresas de Pequeno Porte. 3.
Empreendedorismo. I. Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio.
II. Título.

CDU 334.012.64/.65(813.5)

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	9
2. PANORAMA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL	10
3. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM ALAGOAS	19
4. INSTITUIÇÕES DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM ALAGOAS	29
4.1 SEBRAE Alagoas	29
4.2 SEDETUR - Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo	31
4.2.1 JUCEAL - Junta Comercial do Estado de Alagoas	32
4.2.2 DESENVOLVE - Agência de Fomento de Alagoas	33
4.3 SINE e Sistema S	35
4.4 BNB - Banco do Nordeste	36
5. AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DOS MEIs E MPEs DE ALAGOAS	39
5.1 Garantir a inserção das empresas alagoanas nos programas de compras governamentais	39
5.2 Promover campanhas, políticas e programas visando estimular o fortalecimento de crédito das MPEs	40
5.3 Estimular e apoiar a criação de incubadoras de empresas, objetivando dar suporte às empresas emergentes no estado	42
5.4 Apoiar a criação de programas de empreendedorismo na rede pública de ensino	44
5.5 Garantir a manutenção do desenvolvimento dos arranjos produtivos locais do estado	45
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS	47
7. REFERÊNCIAS	48

1. INTRODUÇÃO

As microempresas, empresas de pequeno porte e os microempreendedores individuais no Brasil vêm conquistando um espaço importante na composição do produto interno bruto (PIB) nacional. De acordo com o Portal Empresômetro, desenvolvido pela Secretaria Especial de Micro e Pequenas Empresas (SMPE), das 16,1 milhões de empresas ativas no país no ano de 2015, 14,4 milhões eram MPes (94,3% das empresas ativas no Brasil).

Segundo um estudo do SEBRAE (2014), entre os anos de 2003 e 2013, as MPes geraram um volume de empregos com carteira assinada igual a 7,3 milhões, saindo de 9,8 milhões em 2003 para 17,1 milhões em 2013.

Dentre as principais atividades econômicas nas quais as microempresas e empresas de pequeno porte do Brasil estavam inseridas no ano de 2015, destacaram-se o Comércio (44%), Serviços (35%) e a Indústria de transformação (10%). As demais MPes do país estavam inseridas na Construção Civil (7%) e em Outras atividades (4%).

No caso de Alagoas, segundo o Portal Empresômetro¹, a quantidade de MPes no estado cresceu cerca de 230%, no período de 2007 a 2015, saindo de 43.345 micro e pequenas empresas em 2007 para 143.050 em 2015. Isso mostra que as empresas alagoanas seguiram a tendência nacional de formalização de seus negócios, aproveitando as facilidades trazidas aos micro e pequenos empreendedores com a implementação do Simples Nacional.

Dada a importância destas empresas para o crescimento e desenvolvimento econômico do estado, o presente estudo está dividido da seguinte forma: além desta introdução, a segunda e terceira seção apresentam análises de como está configurado o cenário das MPes no Brasil e em Alagoas, qual o perfil das empresas deste porte no contexto nacional e estadual e quais são as políticas federais e estaduais voltadas para as micro e pequenas empresas; a quarta seção apresenta as instituições que dão suporte às MPes alagoanas; a quinta seção se dedica a direcionar propostas que possam contribuir para o crescimento e fortalecimento das micro e pequenas empresas no estado de Alagoas; posteriormente, são feitas algumas considerações finais.

¹ O Portal do Empresômetro atualiza constantemente seus dados. As informações utilizadas no presente trabalho foram atualizadas no dia 10 de Maio de 2016.

2. PANORAMA DAS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS NO BRASIL

A Lei Complementar (LC nº 123/06), também conhecida como Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, trouxe normas gerais que apontavam para um tratamento diferenciado que favorecia as microempresas e empresas de pequeno porte da União, das Unidades Federativas, do Distrito Federal e dos Municípios.

A Microempresa (ME) é definida como aquela em que o empresário ou pessoa jurídica auferiu, no período de um ano, receita bruta igual ou inferior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)

A Empresa de Pequeno Porte (EPP) é assim definida quando o empresário ou pessoa jurídica auferir, no período de um ano, receita bruta superior a R\$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais) e inferior a R\$ 3.600.000,00 (três milhões e seiscentos mil reais).

Dentre os principais benefícios dessa lei, as microempresas e as empresas de pequeno porte foram favorecidas nos seguintes aspectos, como apontado pelo SEBRAE (2007):

- a) Regime único de apuração e recolhimento de impostos e contribuições da União, dos estados, do Distrito Federal e dos municípios, incluindo a simplificação das obrigações fiscais acessórias;
- b) Houve desoneração tributária das receitas de exportação e substituição tributária;
- c) Dispensa do cumprimento de certas obrigações trabalhistas e previdenciárias;
- d) Simplificação do processo de abertura, alteração e encerramento das MPes;
- e) Facilitação do acesso ao crédito e ao mercado;
- f) Preferência nas compras públicas;
- g) Estímulo à inovação tecnológica;
- h) Incentivo ao associativismo na formação de consórcios para fomentação de negócios;
- i) Incentivo à formação de consórcios para acesso a serviços de segurança e medicina do trabalho;
- j) Regulamentação da figura do pequeno empresário, criando condições para sua formalização;
- k) Parcelamento de dívidas tributárias para adesão ao Simples Nacional.

A partir dessa Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas, o conceito de MPEs foi uniformizado para facilitar a identificação destas, assim como a aplicação correta da lei. Para tanto, o critério de classificação das empresas quanto ao seu porte passou a ser a receita bruta anual.

O conceito de receita bruta foi definido no artigo na referida LC nº123/06 (§ 1º do artigo 3º, Lei Geral) como sendo o “produto da venda de bens e serviços por conta própria, o preço dos serviços prestados e o resultado nas operações em conta alheia” (BRASIL, 2006).

No caso do SEBRAE, eles usam o conceito de microempresa e empresa de pequeno porte relacionado à quantidade de empregados².

Tabela 2.1 – Classificação das empresas segundo o porte

Porte	Setores	
	Indústria	Comércio e Serviços
Microempresa	Até 19 pessoas ocupadas	Até 9 pessoas ocupadas
Pequena empresa	De 20 a 99 pessoas ocupadas	De 10 a 49 pessoas ocupadas
Média empresa	De 100 a 499 pessoas ocupadas	De 50 a 99 pessoas ocupadas
Grande empresa	500 pessoas ocupadas ou mais	100 pessoas ocupadas ou mais

Fonte: SEBRAE (2014).

Foi a partir deste estatuto que ficou instituído o Regime Especial Unificado de Arrecadação de Tributos e Contribuições devidas pelas Microempresas e Empresas de Pequeno Porte, conhecido como **Simplex Nacional** ou Supersimples.

A ideia do Simplex surgiu a partir da necessidade de unificar, dentro das possibilidades, os inúmeros tributos e contribuições aplicáveis às MPEs no âmbito federal, estadual e municipal.

De acordo com a LC nº123/06, o Simplex Nacional implica num recolhimento mensal, através de um documento único de arrecadação, dos seguintes impostos e contribuições:

² Dados os diferentes critérios de classificação das empresas quanto ao seu porte, há algumas diferenças de valores nos dados apresentados no presente trabalho, devido às divergências de conceitos adotados. Os dados do Portal do Empreendedor consideram o porte da empresa pela renda bruta anual auferida. Já o SEBRAE leva em consideração o número de pessoas ocupadas na empresa. Neste trabalho, serão usados dados de ambas as fontes, visto que estas pequenas diferenças não comprometem o resultado final do estudo.

- IRPJ, IPI, CSLL, COFINS, PIS/PASEP, INSS, ICMS e ISS.

Após a instituição da LC nº123/06, as microempresas e as empresas de pequeno porte passaram a ter uma maior facilidade quanto ao seu financiamento. Tanto os bancos comerciais públicos, quanto os bancos múltiplos com carteira comercial e a Caixa Econômica Federal mantêm linhas de crédito específicas voltadas para empresas desse porte, bem como uma maior desburocratização nas condições de acesso ao crédito.

Além disso, as instituições acima citadas têm que se articular com entidades representativas das MPes, a fim de desenvolver programas de treinamento, desenvolvimento gerencial e capacitação tecnológica, preparando-as para atuar de forma mais consistente no mercado.

A LC nº123/06 sofreu algumas alterações ao longo do tempo e uma das mais significativas veio através da LC nº128/08 que, além de propor modificações nesta primeira, apresentou a figura do **microempreendedor individual**.

A partir de então, os microempreendedores individuais, as microempresas e as empresas de pequeno porte passaram a ter um maior conjunto de facilidades no que diz respeito à sua regularização, carga tributária, documentação, acesso a financiamento e outros.

Assim como as microempresas e as empresas de pequeno porte, os microempreendedores individuais também têm acesso ao Simples Nacional. O SIMEI é o sistema de recolhimento em valores fixos mensais dos tributos e contribuições do MEI abrangidos pelo Simples Nacional.

Segundo a Receita Federal, o MEI optante pelo SIMEI paga, por meio de um documento único, os seguintes tributos:

- Contribuição previdenciária relativa à pessoa do empresário, na qualidade de contribuinte individual, no valor de 5% (cinco por cento) do limite mínimo mensal do salário de contribuição;
- R\$ 1,00 (um real), a título de ICMS, caso seja contribuinte desse imposto;
- R\$ 5,00 (cinco reais), a título de ISS, caso seja contribuinte desse imposto.

Diferentemente do que ocorre com os demais optantes pelo Simples Nacional, o optante pelo SIMEI fica isento dos seguintes tributos:

- IRPJ - Imposto sobre a Renda da Pessoa Jurídica;
- CSLL – Contribuição Social sobre o Lucro Líquido;

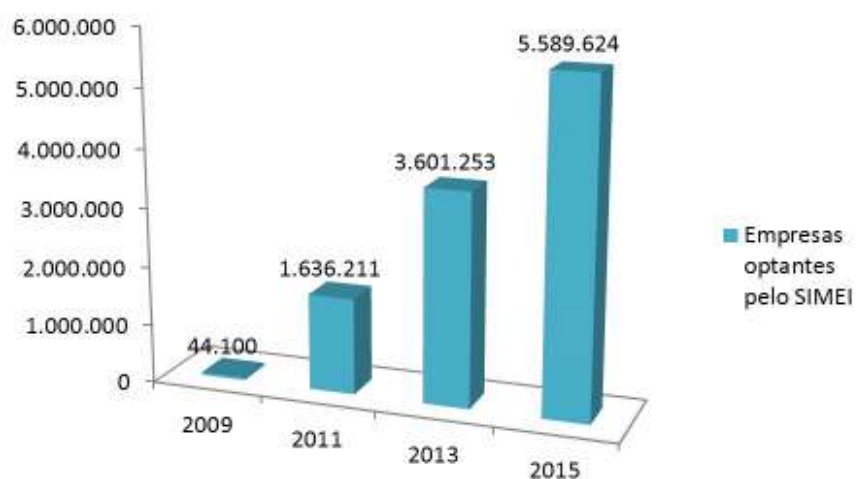
Define-se a figura do **Microempreendedor Individual (MEI)** como o empresário individual que aufera, no período de um ano, receita bruta igual ou inferior a R\$ 60.000,00 (sessenta mil reais).

- Contribuição para o PIS/Pasep, Cofins e IPI (exceto se incidentes na importação);
- Contribuição previdenciária patronal (exceto se contratar empregado).

Esse enquadramento legal como microempreendedor individual tirou milhares de pequenos empreendedores da ilegalidade, beneficiando-os com uma menor burocracia, uma ampliação de seus direitos, maior acesso ao crédito, direito a benefícios previdenciários, isenção de impostos, simplificação na escritura contábil e fiscal, dentre outros. Além disso, o Estado aumentou sua arrecadação de impostos, bem como passou a ter uma visão mais clara do volume de empreendedores do país.

Para se ter uma ideia de como vem sendo expressivo o crescimento dos optantes pelo SIMEI no Brasil desde a LC nº 128/08, o gráfico abaixo apresenta dados referentes ao acumulado até o mês de dezembro de cada ano:

Gráfico 2.1 – Total de empresas optantes pelo SIMEI (2009 – 2015)



Fonte: Portal do Empreendedor (2016).

Como a figura do microempreendedor individual (MEI) só veio aparecer na lei complementar em dezembro de 2008, o ano de 2009 ainda foi um período de conhecimento do sistema e de reconhecimento dos seus benefícios. Portanto, em dezembro de 2009 havia um total de apenas 44.100 empresas que eram optantes pelo SIMEI no país inteiro.

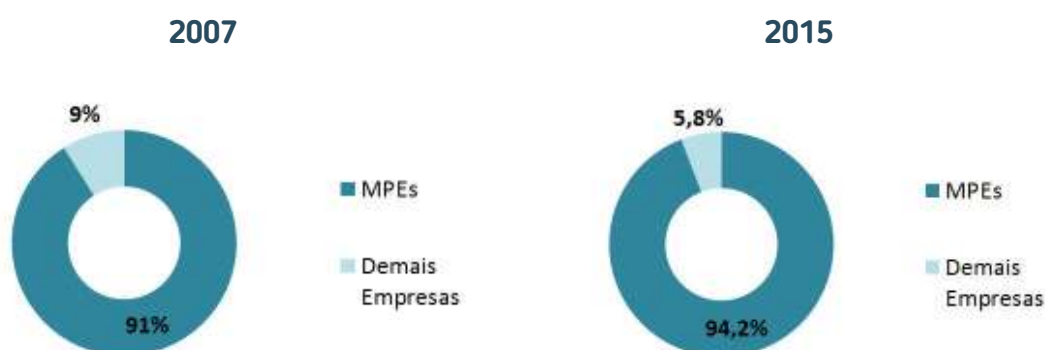
Passados dois anos, esse número cresceu aproximadamente 3600%, chegando a 1.636.211 optantes pelo SIMEI em 2011. Essa colossal taxa de crescimento se deu em razão da divulgação massiva de todos os benefícios e facilidades que os MEIs teriam ao optar pelo SIMEI.

A opção dos microempreendedores individuais pelo SIMEI vem crescendo em

números absolutos a cada ano. No ano de 2015, o Brasil apresentou um número extremamente expressivo: 5.589.624 optantes pelo SIMEL, correspondendo a aproximadamente 38% do total de MPEs.

Na verdade, não é somente o número de MEIs que vem crescendo nos últimos anos. Junto com estes, as microempresas e empresas de pequeno porte aumentaram tanto sua quantidade, em valores absolutos, quanto a sua participação no total de empresas ativas do Brasil.

Gráfico 2.2 – Participação das MPEs no total de empresas ativas*



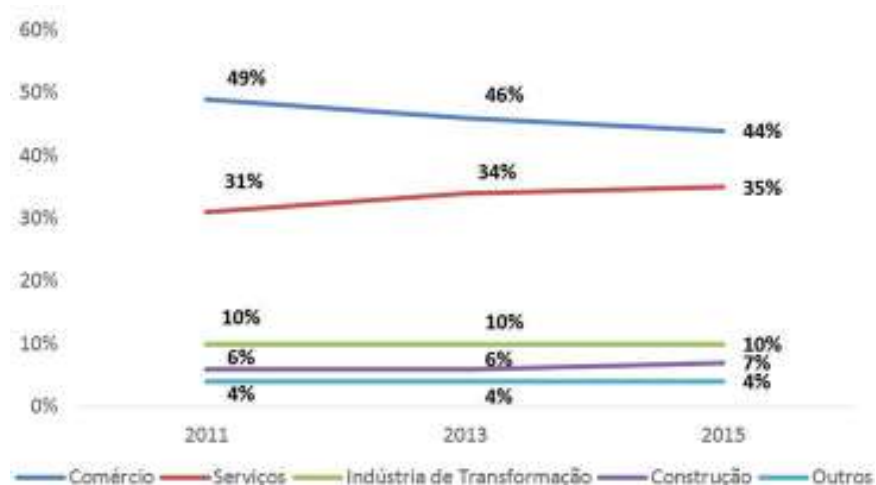
*Levam-se em conta somente as empresas matrizes e retiram-se do cálculo as filiais.

Fonte: Empresômetro (2016).

Com o gráfico acima, é possível perceber o aumento da participação das MPEs no total das empresas ativas no país neste período. Em 2007, as MPEs representavam 91% das empresas ativas, passando para 94,2% em 2015. Em valores absolutos, no ano de 2007, o Brasil possuía cerca de 5,2 milhões de MPEs. Já em 2015, esse valor passou a ser de aproximadamente 14,5 milhões.

Dentre as principais atividades econômicas nas quais as microempresas e empresas de pequeno porte do Brasil estavam inseridas no ano de 2015, destacaram-se o Comércio (44%), Serviços (35%) e a Indústria de transformação (10%). O restante das MPEs estava inserido na Construção Civil (7%) e em Outras Atividades (4%).

Gráfico 2.3 – Principais MPEs por atividade econômica – Brasil (2011-2015).



Fonte: Empresômetro (2016).

Ao analisar a participação das MPEs nas atividades econômicas, percebe-se que a maioria delas está voltada para o comércio, mas esse percentual vem diminuindo nos últimos anos. Em 2011, 49% das MPEs do Brasil realizavam atividades de comércio. Em 2015, esse número caiu para 44%.

No caso das empresas no setor de serviços, esse movimento foi contrário: no ano de 2011, era 31% e cresceu para 35% em 2015. O que aconteceu foi que a expansão das MPEs no setor do comércio foi inferior à média de crescimento das MPEs no país, enquanto que houve um ritmo mais acelerado da criação de novas empresas no setor de serviços.

Segundo informações referentes ao Simples Nacional, as MPEs do Brasil faturaram no ano de 2015 aproximadamente R\$ 796 bilhões, dos quais se arrecadou com impostos cerca de R\$ 69,5 bilhões.

Tanto o faturamento quanto a arrecadação das micro e pequenas empresas no Brasil vem crescendo, mas nos últimos três anos a taxa de crescimento vem diminuindo. Isso é reflexo da diminuição do ritmo de crescimento econômico brasileiro no período recente, como pode ser visto no gráfico abaixo:

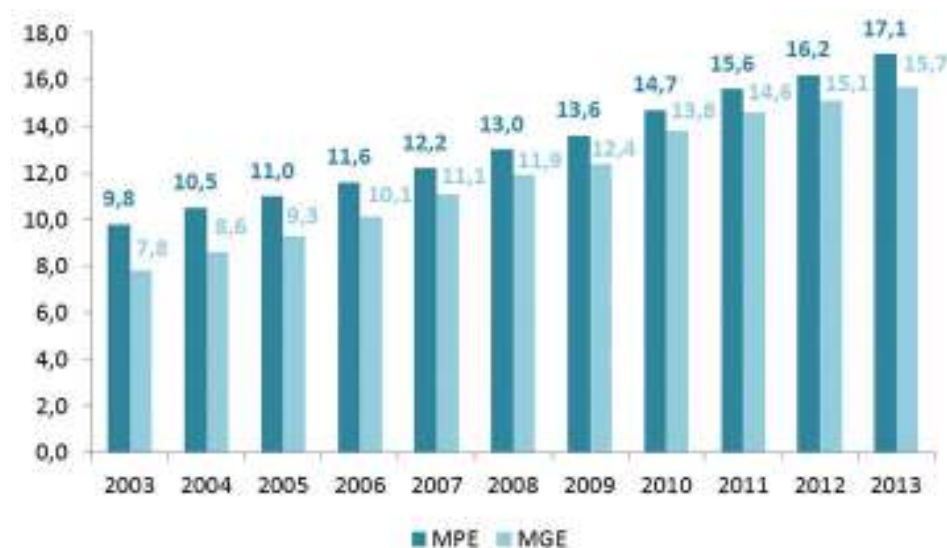
Tabela 2.2 – Taxa de crescimento da arrecadação e faturamento das MPEs no Brasil.

Período	Arrecadação	Faturamento
2013	17%	17%
2014	14%	13%
2015	12%	13%

Fonte: Empresômetro (2016).

E não é só o faturamento e arrecadação das MPes que tem aumentado nos últimos anos. A criação de postos de trabalho com carteira assinada por parte dessas empresas vem aumentando ano a ano, de acordo com um estudo encomendado pelo SEBRAE (2015a) e elaborado pelo DIEESE.

Gráfico 2.4 – Evolução do número de empregos por porte – Brasil (2003-2013).
(em milhões)



Fonte: MTE – RAIS.

Elaboração: DIEESE/SEBRAE (2015).

Nota: MPE – micro e pequenas empresas; MGE – médias e grandes empresas.

Segundo o SEBRAE (2015a), entre os anos de 2003 e 2013, as MPes geraram um volume de empregos com carteira assinada igual a 7,3 milhões, saindo de 9,8 milhões em 2003 para 17,1 milhões em 2013.

Percebe-se que o volume de postos de trabalho gerados pelas MPes ao longo desse período de análise é maior do que os que foram gerados pelas MGEs, muito embora a taxa média de crescimento desta última seja maior. Enquanto que os empregos gerados pelas MPes cresceram a uma taxa média de 6%, os das MGEs cresceram a 7,2% em média.

Fica nítida a importância do segmento das MPes para o desempenho econômico do país. Em 2013, as MPes representavam 99% dos estabelecimentos, 52,1% dos empregos formais não agrícolas e 41,4% da massa salarial do país (SEBRAE, 2015a, p. 29).

Outro dado importante que o estudo do SEBRAE (2015a) traz é o crescimento do número de empregadores e trabalhadores por conta própria, assumindo esses dados como uma aproximação do total de empreendedores do país.

Tabela 2.3 – Brasil - Pessoal ocupado como empregador ou trabalhador por conta própria (2014 – 2015). (em mil pessoas)

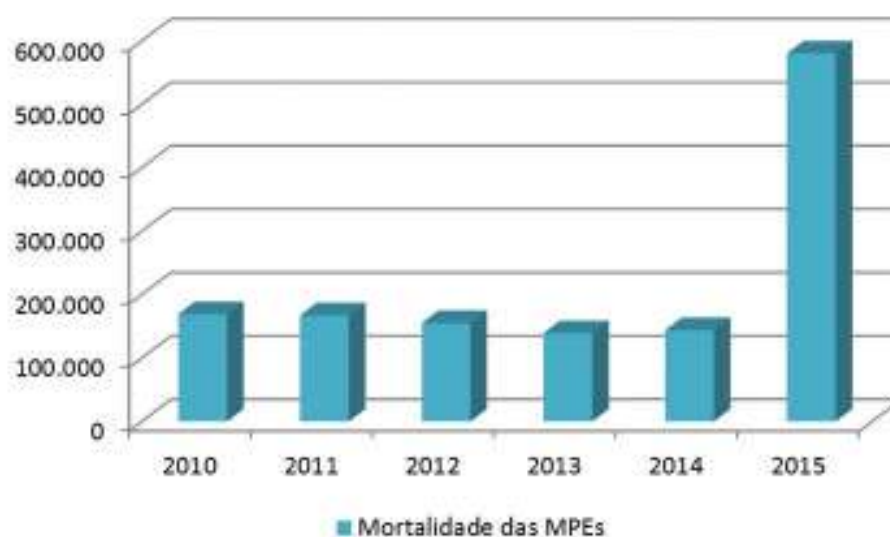
Indicadores	Estimativa dos Trimestres	
	out-nov-dez/2014	out-nov-dez/2015
Empregador	3.941	3.986
Conta Própria	21.765	22.903

Fonte: PNAD/ IBGE (2015), elaboração própria.

No último trimestre de 2014, o Brasil tinha 3,94 milhões de pessoas ocupadas na posição de empregador e passou a ter 3,98 milhões no mesmo período de 2015. No caso dos trabalhadores por conta própria, estes eram 21,7 milhões no final de 2014 e passaram a ser 22,9 milhões no final de 2015. As taxas de crescimento são pequenas, respectivamente 1,1% e 5,2%, mas se levarmos em consideração o período de crise econômica, o aumento destes indicadores, mesmo que a taxas baixas, é visto de forma extremamente positiva.

Apesar do aumento expressivo no número de MPEs e da sua importância para a economia do país, há de se ressaltar que estas empresas também vêm sentindo os fortes efeitos da desaceleração econômica do país. Isso pode ser visto ao analisarmos o dado referente à mortalidade das MPEs, principalmente no ano de 2015.

Gráfico 2.5 – Mortalidade das MPEs – Brasil (2010 – 2015).



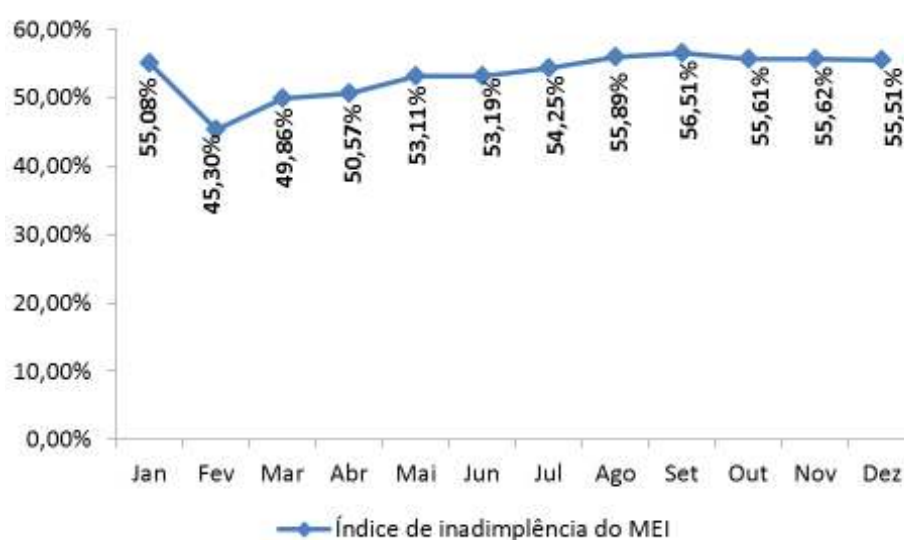
Fonte: Empresômetro (2016).

Entre os anos de 2010 e 2014, o número de microempresas e empresas de pequeno porte que encerraram suas atividades manteve-se relativamente constante, inclusive sendo menor a cada ano até 2013. O grande destaque foi para o ano de 2015, em que foram fechadas 580.097 MPEs em todo o país.

Diante de um momento de instabilidade econômica pela qual o país vem passando nos últimos anos, como forma de superar o problema do desemprego, milhares de brasileiros viram uma saída na criação de uma empresa, tentando trabalhar por conta própria, principalmente devido às facilidades e benefícios trazidos com o Simples Nacional e SIMEI.

O grande problema é que, nessa urgência de uma nova fonte de renda, a criação de novas empresas, muitas vezes, se dá de maneira desorganizada, sem qualquer planejamento financeiro ou análise do mercado. Isto, atrelado à situação econômica atual, atua de forma negativa no desempenho dessas MPEs, aumentando a taxa de inadimplência e, conseqüentemente, a mortalidade dessas empresas num curto espaço de tempo.

Gráfico 2.6 – Índice de inadimplência do MEI – Brasil (2015).



Fonte: Receita Federal/Ministério da Fazenda. Elaboração do Observatório da Lei geral da Micro e Pequena Empresa (2016).

Um exemplo disso é o aumento no índice de inadimplência do microempreendedor individual ao longo do ano de 2015, como pode ser visto no gráfico acima. Em fevereiro de 2015, a taxa de inadimplência dos MEIs era de 45,86%, passando para 55,51% em dezembro do mesmo ano.

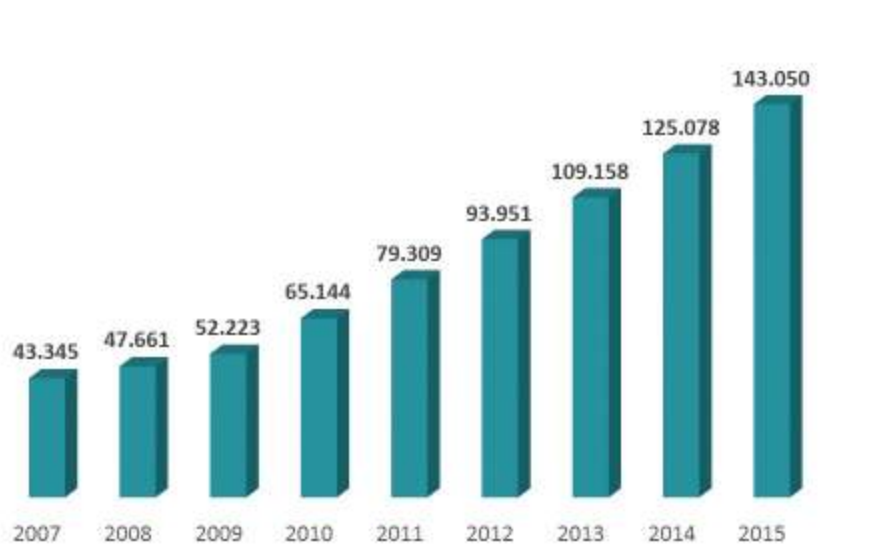
Dessa forma, é importante que sejam desenvolvidos mais programas de apoio e incentivo ao empreendedorismo junto a estas MPEs, além de garantir o pleno funcionamento daqueles que já existem. É fundamental não só que as MPEs sejam criadas, como também que estas consigam se manter no mercado de forma mais consistente, gerando mais emprego e renda para a população.

3. MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM ALAGOAS

Como as microempresas e empresas de pequeno porte desempenham um papel fundamental na economia brasileira, é esperado que elas tenham a mesma importância dentro do contexto econômico alagoano.

De fato, no período de 2007 a 2015, percebeu-se uma evolução significativa não só no número de MPEs em Alagoas, quanto na sua participação no total de empresas no estado.

Gráfico 3.1 – Total de MPEs em Alagoas (2007 – 2015).



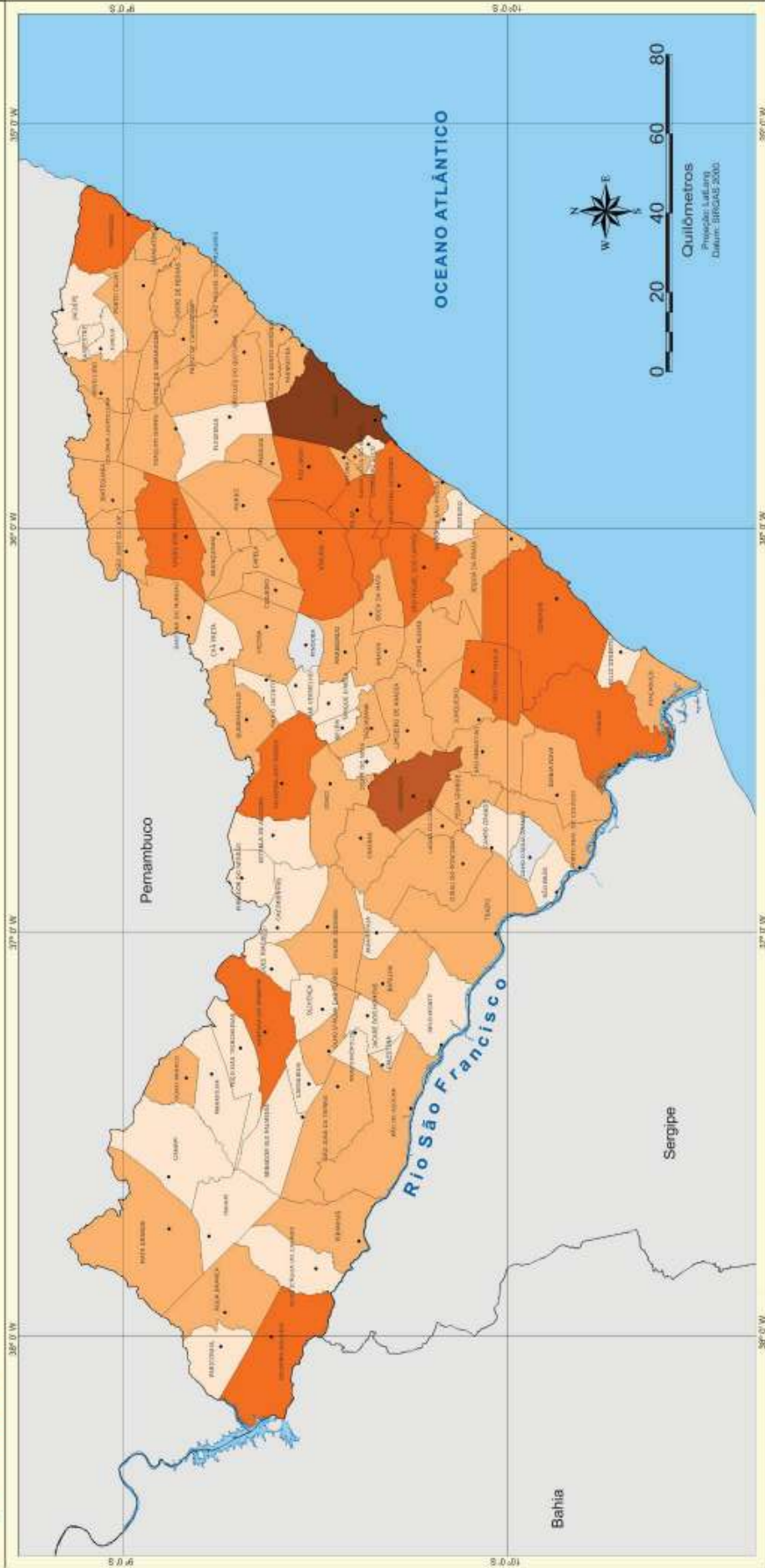
Fonte: Empresômetro (2016).

No período analisado, a quantidade de MPEs no estado cresceu cerca de 230%, mostrando que as empresas alagoanas seguiram a tendência nacional de formalização de seus negócios, aproveitando as facilidades trazidas aos micro e pequenos empreendedores com a implementação do Simples Nacional.

No mapa abaixo, é possível perceber a distribuição das micro e pequenas empresas pelo estado de Alagoas, no ano de 2015. O município que mais se destaca é a capital Maceió, que possui mais de 46% das MPEs do estado, seguida de Arapiraca, com 8,8%.

Além disso, é possível perceber que as micro e pequenas empresas de Alagoas estão muito mais concentradas nas mesorregiões do Agreste e do Leste Alagoano do que no Sertão, o que em boa parte é explicado pela maior densidade populacional nestas duas primeiras mesorregiões.

MICRO E PEQUENAS EMPRESAS - 2015



Nota
Número de Micro e Pequenas Empresas - MPEs no estado de Alagoas no ano de 2015, coletados no Portal EmpreSômetro.

Legenda

Até 50	2 municípios
50 a 250	33 municípios
251 a 1.200	52 municípios
1.201 a 6.000	13 municípios
6.001 a 12.500	1 município
12.501 a 65.234	1 município

Convenções

- Limite Municipal
- Limite Estadual
- Limite de Alagoas
- Sede Municipal

Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio - SEPLAG
Superintendência de Produção da Informação e do Conhecimento - SINC
Núcleo de Estudos e Projetos - NEP
Gerência de Geoprocessamento - GGEO

ALMOUS DE DADOS E INFORMAÇÕES

Secretaria do Planejamento, Gestão e Patrimônio

ALAGOAS
GOVERNO DO ESTADO

Fontes: Portal EmpreSômetro 2015; IBGE 2013; malha municipal digital, formato shapefile; SEPLAG/SINC/GGEO/NEP 2016.

Outro indício relevante da importância das MPEs na economia alagoana foi o aumento da participação destas empresas no total de empresas ativas no estado. No ano de 2007, as MPEs representavam 90,9% das empresas ativas de Alagoas, passando para 95,6% em 2015, como é possível ver no gráfico abaixo.

Gráfico 3.2 – Participação das MPEs no total de empresas ativas* em Alagoas.



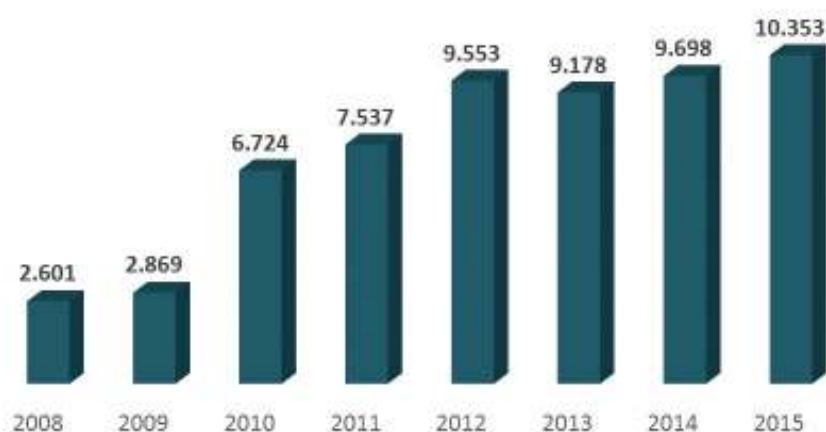
*Levam-se em conta somente as empresas matrizes e retiram-se do cálculo as filiais.

Fonte: Empresômetro (2016).

No caso dos microempreendedores individuais alagoanos, estes também seguiram a tendência nacional de crescimento. De acordo com o Portal do Empreendedor, os MEIs em Alagoas já são 66.354³, representando cerca de 1,1% dos MEIs do Brasil.

A Junta Comercial do Estado de Alagoas (JUCEAL) fez um levantamento sobre o número de empresas criadas no estado nos primeiros seis meses do ano, reforçando a importância destes pequenos negócios para a economia local.

Gráfico 3.3 – Criação de empresas nos primeiros seis meses do ano em Alagoas (2008 – 2015).

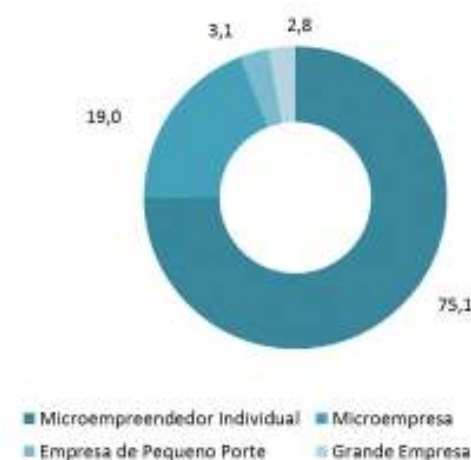


Fonte: JUCEAL (2016).

3 Acumulado até abril de 2016.

De acordo com a JUCEAL, a maior parte desses novos empreendimentos é formada por MEIs. No ano de 2015, por exemplo, dos 10.353 novos negócios criados no primeiro semestre, 7.771 foram microempreendedores individuais, representando aproximadamente 75% do total.

Gráfico 3.4 – Empreendimentos criados em Alagoas (primeiro semestre de 2015).



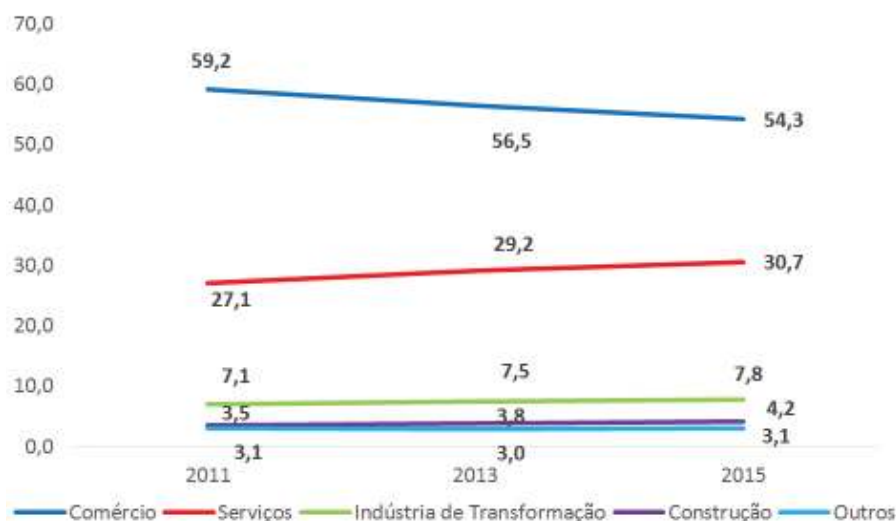
Fonte: JUCEAL (2016).

Este resultado pode, em partes, ser explicado pelo fato de que Alagoas é o estado que oferece maior facilidade na abertura de novos empreendimentos, segundo um estudo sobre a situação da Rede Nacional para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim).

O intuito desta rede é criar um ambiente desburocratizado e favorável para a abertura de novos negócios, facilitando o registro e a legalização das empresas de maneira uniforme em todos os municípios do estado. A JUCEAL, órgão vinculado à Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR), é responsável por administrar a Redesim em Alagoas.

Dentre as principais atividades econômicas nas quais as microempresas e empresas de pequeno porte de Alagoas estavam inseridas nos últimos anos, destacaram-se o comércio, serviços e a indústria de transformação, como é possível ver no gráfico a seguir:

Gráfico 3.5 – Principais MPEs por atividade econômica – Alagoas (2011-2015).



Fonte: Empresômetro (2016).

No caso de Alagoas, no ano de 2015, mais da metade das MPEs do estado estavam desenvolvendo suas atividades no comércio (54,3%). O restante estava inserido no setor de serviços (30,7%), indústria de transformação (7,8%), construção civil (4,2%) e outras atividades (3,1%).

Percebeu-se que, no período analisado, enquanto o setor de comércio veio perdendo participação, o setor de serviços, mesmo que discretamente, adotou um comportamento contrário, aumentando o percentual de participação das MPEs deste setor no total de MPEs do estado de 27,1% em 2011 para 30,7% em 2015.

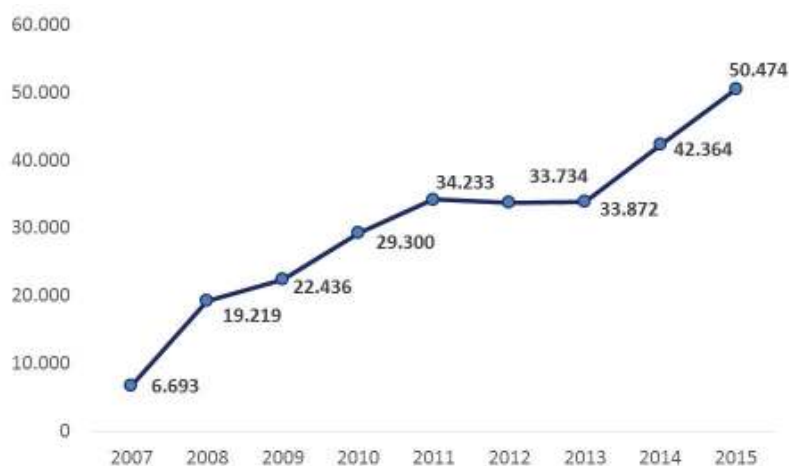
No que diz respeito à arrecadação e ao faturamento das MPEs de Alagoas em 2015, o saldo foi extremamente positivo: as micro e pequenas empresas faturaram aproximadamente R\$ 4,081 bilhões e foram responsáveis por uma arrecadação de cerca de R\$ 356 milhões.

<p>Faturamento das MPEs de Alagoas em 2015:</p> <p>R\$ 4,081 BILHÕES</p>	<p>Arrecadação das MPEs de Alagoas em 2015:</p> <p>R\$ 356 MILHÕES</p>
--	--

Esse valor de arrecadação em 2015 foi 28% maior do que em 2014, quando foram arrecadados cerca de R\$ 277 milhões. Isso mostra que, as micro e pequenas empresas de Alagoas estão conseguindo um bom desempenho, apesar do momento de instabilidade econômica pelo qual está passando o país.

O Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) de Alagoas também vem apresentando um comportamento ascendente nos últimos anos.

Gráfico 3.6 – Arrecadação de ICMS em Alagoas (2007-2015). (em mil reais)



Fonte: Receita Federal/Ministério da Fazenda (2016).

No ano de 2014, Alagoas arrecadou R\$ 42,3 milhões em ICMS. No ano de 2015, esse valor foi de R\$ 50,4 milhões, o que representa um aumento de 19% em relação ao ano anterior.

Os municípios alagoanos beneficiam-se amplamente com a presença das MPes. Os valores do Imposto Sobre Serviços (ISS) vêm crescendo em todos os municípios do estado. A tabela abaixo traz uma lista com os quinze municípios que mais arrecadaram com ISS em Alagoas no ano de 2015.

É fundamental que as prefeituras municipais também criem políticas de fortalecimento e incentivo às micro e pequenas empresas locais, visto que, quanto maior o número de empresas instaladas num município, maior a sua arrecadação com o ISS.

Tabela 3.1 – Arrecadação de ISS em municípios de Alagoas (2015).

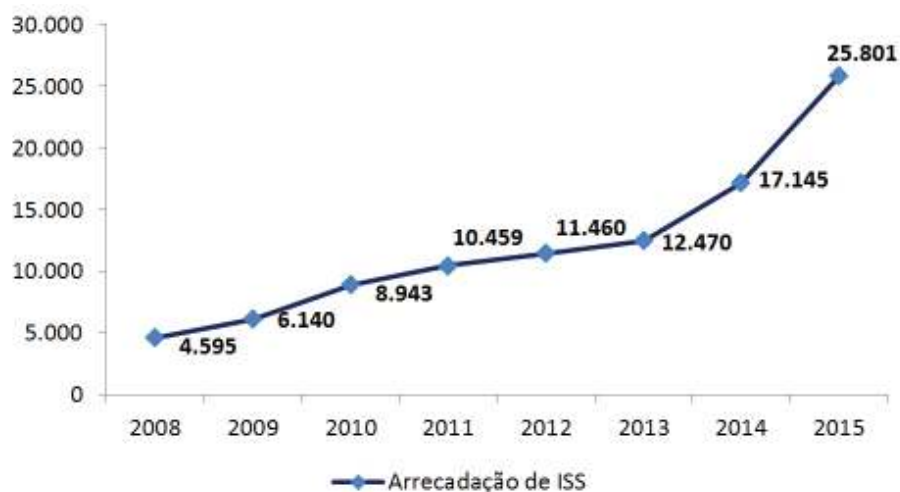
Municípios	2015
Maceió	R\$ 25.800.651
Arapiraca	R\$ 2.802.243
Maragogi	R\$ 654.828
Rio Largo	R\$ 599.861
Palmeira dos Índios	R\$ 406.746
Marechal Deodoro	R\$ 405.883
São Miguel dos Campos	R\$ 346.848
Penedo	R\$ 324.689
União dos Palmares	R\$ 252.549
São Miguel dos Milagres	R\$ 210.869
Santana do Ipanema	R\$ 195.571
Coruripe	R\$ 167.982
Barra de São Miguel	R\$ 152.554
Delmiro Gouveia	R\$ 149.305
Japaratinga	R\$ 110.581

Fonte: Receita Federal/Ministério da Fazenda (2016).

A capital Maceió conta com 65.806 micro e pequenas empresas, que representam 46% das MPEs do estado. É a cidade que mais arrecada ISS no estado e essa arrecadação vem crescendo significativamente nos últimos anos.

No período de 2012 a 2015, a arrecadação de ISS em Maceió cresceu 125%, passando de R\$ 11,4 milhões em 2012 para R\$ 25,8 milhões.

Gráfico 3.7 – Arrecadação de ISS em Maceió (2008-2015). (em mil reais)



Fonte: Receita Federal/Ministério da Fazenda (2016).

Além de impostos que o estado e os municípios alagoanos arrecadam das MPes, há de se avaliar a quantidade do pessoal ocupado em empresas deste porte. O quadro abaixo traz esta variável para o período de 2009 a 2011 (média) em Alagoas.

Tabela 3.2 – Alagoas - Pessoal ocupado, por porte das empresas, segundo setores de atividades (em %, média 2009 a 2011).

ALAGOAS - PESSOAL OCUPADO MÉDIA (2009 A 2011)			
ATIVIDADES	MPE	MÉDIA	GRANDE
TOTAL	100%	100%	100%
INDÚSTRIA	17,9%	53,7%	70,9%
Indústria extrativa mineral	0,4%	0,4%	0,0%
Indústrias de transformação	10,4%	21,9%	61,7%
Construção	7,0%	31,3%	9,2%
COMÉRCIO	50,7%	22,7%	9,0%
SERVIÇOS	31,4%	23,7%	20,1%
Transporte, armazenagem e correio	4,7%	3,7%	4,0%
Outros serviços	26,8%	19,9%	16,1%

Fonte: Pesquisas anuais do IBGE, elaboração FGV. Disponível em SEBRAE (2015b).

O SEBRAE (2015b) aponta que, neste período analisado, o destaque para distribuição do pessoal ocupado nas MPes é no comércio (50,7%), seguido do setor de serviços (31,4%) e da Indústria (17,9%).

No que diz respeito à quantidade do pessoal ocupado na posição de empregadores, Alagoas apresentou uma evolução no ano de 2015. Segundo dados do IBGE, no terceiro

trimestre de 2014, o estado contava com 26 mil pessoas ocupadas como empregadores e, no mesmo período do ano seguinte, esse número subiu para 28 mil.

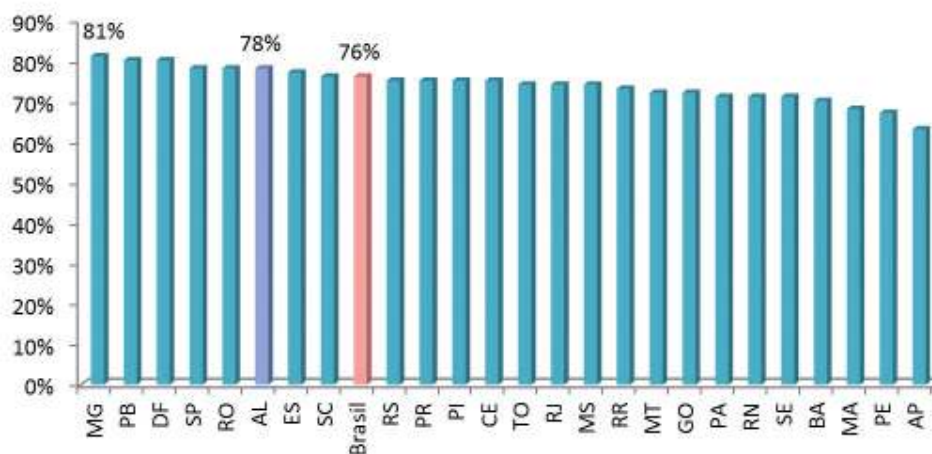
Tabela 3.3 – Alagoas - Pessoal ocupado como empregador ou trabalhador por conta própria (2014 – 2015). (em mil pessoas)

Indicadores	Estimativa dos Trimestres	
	jul-ago-set/2014	jul-ago-set/2015
Empregador	26	28
Conta Própria	328	320

Fonte: PNAD/ IBGE (2015), elaboração própria.

Outro fator importante a ser analisado é a taxa de sobrevivência das micro e pequenas empresas. Neste quesito, as MPes de Alagoas se destacam com relação à maioria dos estados, sendo inclusive melhor que a taxa do Brasil, como é possível ver no gráfico abaixo:

Gráfico 3.8 – Taxa de sobrevivência de empresas de 2 anos, para empresas constituídas em 2007, por unidade da federação.



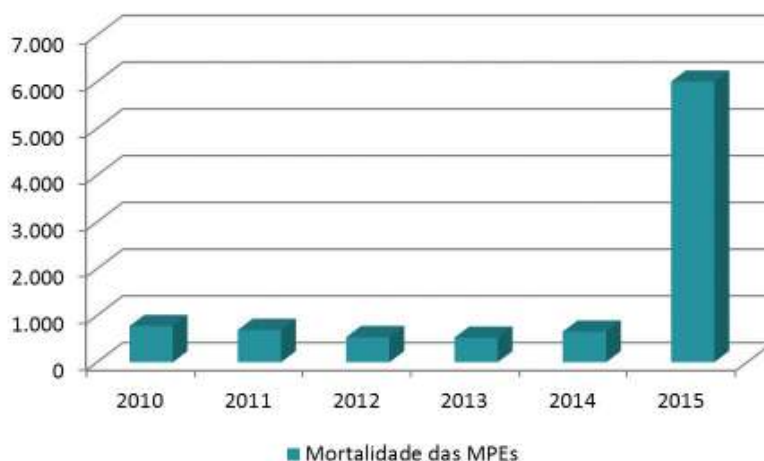
Fonte: SEBRAE (2013).

Nota: as empresas constituídas em 2007 foram verificadas nas bases de 2007, 2008, 2009 e 2010.

Percebeu-se que as MPes de Alagoas apresentaram uma taxa de sobrevivência de 78%, sendo esta superior à taxa nacional de 76% e sendo ainda a segunda maior dentre os estados da região Nordeste.

Esse bom resultado das MPes de Alagoas também pode ser percebido ao analisarmos a baixa mortalidade destas empresas no estado, no período de 2010 a 2014.

Gráfico 3.9 – Mortalidade das MPEs – Alagoas (2010 – 2015).



Fonte: Empresômetro (2016).

De 2010 a 2014, Alagoas apresentou uma mortalidade de MPEs inferior a 1000 empresas fechadas em todos os anos. O ano de 2015 trouxe um resultado atípico se comparado aos anos anteriores, mas totalmente explicado pela crise econômica. Neste ano, 6.005 micro e pequenas empresas foram fechadas no estado.

Nas próximas seções serão apresentadas as principais instituições de apoio às MPEs, descrevendo o papel de cada uma delas e apontando quais as ações que já estão sendo desenvolvidas. Além disso, uma seção será dedicada a um direcionamento de propostas que venham contribuir para o crescimento e fortalecimento das micro e pequenas empresas no estado de Alagoas.

4. INSTITUIÇÕES DE APOIO ÀS MICRO E PEQUENAS EMPRESAS EM ALAGOAS

Dada a sua importância dentro da economia do país, o conjunto de micro e pequenas empresas brasileiras conta com um grande número de instituições que têm por finalidade dar-lhes o apoio necessário para que elas cresçam e se mantenham no mercado de maneira sustentável.

São órgãos, organizações ou entidades que estimulam o empreendedorismo no país, ampliando a qualificação da mão de obra, melhorando as condições de financiamento das MPEs, entre outros. Dentre as instituições que, de alguma forma, estão ligadas às MPEs alagoanas, algumas merecem destaque no presente estudo, tais como:

- SEBRAE Alagoas – Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas;
- SEDETUR – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo;
- DESENVOLVE – Agência de Fomento de Alagoas;
- JUCEAL – Junta Comercial do Estado de Alagoas;
- SINE Alagoas – Sistema Nacional de Emprego;
- BNB – Banco do Nordeste;

4.1 SEBRAE Alagoas

O Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas atua em Alagoas, assim como no resto do país, com a missão de fortalecer a economia nacional, através da promoção de competitividade e do desenvolvimento sustentável dos pequenos negócios, além do fomento ao empreendedorismo local.

Criado em 1990, vinculado ao Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior, o SEBRAE Alagoas, apesar de exercer um papel de apoio ao poder público junto às MPEs, mantém sua natureza de entidade privada. A principal fonte de receita do SEBRAE é a contribuição social paga pelas médias e grandes empresas – uma alíquota de 0,3% sobre suas folhas de pagamento.

Dentre os programas de apoio às micro e pequenas empresas desenvolvidos pelo SEBRAE, alguns merecem destaque:

- Programa Negócio a Negócio

Com o intuito de atender e orientar as microempresas e o microempreendedor individual, o SEBRAE, através de seus Agentes de Orientação Empresarial, realiza visitas nas empresas que solicitam esse serviço, a fim de gerar um diagnóstico da mesma, no que diz respeito à organização, mercado, operações e finanças. Em seguida, são propostas ações de melhoria para o desenvolvimento do pequeno negócio.

Desde que foi lançado em 2010, o programa atendeu nos seus primeiros quatro anos mais de 40 mil empresas em Alagoas, prestando orientação e consultoria para as mesmas.

- Programa do Agente Local de Inovação

Diante da importância da inovação para a sobrevivência dos pequenos empreendedores, o SEBRAE criou um programa em conjunto com o CNPq, com o objetivo de implantar continuamente ações de inovação dentro das empresas, fazendo com que estas se mantenham competitivas no mercado.

Estas inovações se dão no âmbito da gestão empresarial, da melhoria de produtos ou processos, de melhores formas organizacionais e ainda da identificação de novos nichos de mercado.

- Programa Educação Empreendedora

Com o objetivo principal de disseminar a cultura empreendedora entre os jovens, o SEBRAE faz um trabalho junto aos alunos de ensino fundamental, médio, técnico e superior, no sentido de incluir conteúdos de empreendedorismo em seus currículos, por meio de palestras, encontros, competições, cursos de curta duração, entre outros.

Um dos grandes objetivos do SEBRAE, enquanto instituição que dissemina a cultura empreendedora no estado, é o de auxiliar todos os municípios na implementação de suas respectivas Leis Gerais Municipais das Micro e Pequenas Empresas. No caso do estado de Alagoas, em 2013, cada um dos cento e dois municípios alagoanos já contava com a sua própria Lei Geral das MPEs.

No que diz respeito aos projetos específicos do SEBRAE no ano de 2014, esses foram divididos pelos setores nos quais as empresas estavam inseridas: agronegócios, comércio, indústria, serviços, além dos projetos com abordagem territorial, como é possível ver na tabela abaixo.

Tabela 4.1 – Projetos do SEBRAE em Alagoas (2014) – Quantidade de empresas atendidas e montante de recurso destinado.

Sector	Empresas Atendidas	Recursos (em R\$ milhões)
Agronegócios	2.432	17,7
Comércio	3.295	1,8
Indústria	792	3,7
Serviços	1.939	4,8
Territorial	34.124	9,5
TOTAL	42.582	37,6

Fonte: Sistema de Monitoramento Estratégico – SEBRAE/AL (2015).

Em 2014, no setor de agronegócios, o SEBRAE executou recursos no montante de R\$ 17,7 milhões, destinados principalmente a projetos envolvendo Arranjos Produtivos Locais (APLs) do estado. Já para os projetos do setor de comércio, em que podemos destacar os segmentos de Artesanato e Minimercados, o SEBRAE executou um montante de R\$ 1,8 milhão em recursos.

No que diz respeito aos projetos do SEBRAE no setor da indústria, os recursos de R\$ 3,7 milhões foram destinados a seis segmentos, entre eles o Oleiro e Cerâmico e o de Química e PVC. No caso do setor de serviços alagoano, os projetos do SEBRAE utilizaram um recurso de R\$ 4,8 milhões, destinados principalmente para os segmentos de Turismo e Beleza e Bem-estar.

Os projetos com abordagem territorial em Alagoas, que seguem as diretrizes do Programa Nacional SEBRAE nos Territórios da Cidadania, visam dar assistência técnica e gerencial aos pequenos negócios locais.

O estado conta com seis Territórios da Cidadania: Alto Sertão, Médio Sertão, Bacia Leiteira, Agreste, Mata Alagoana e Litoral Norte, englobando projetos em setenta e dois municípios. Em 2014, o orçamento para projetos com abordagem territorial em Alagoas foi de R\$ 9,5 milhões.

4.2 SEDETUR – Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo

A Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR), através da Superintendência de Desenvolvimento Regional e Setorial, é a responsável direta por formular e implementar as políticas públicas de apoio às micro e pequenas empresas do estado de Alagoas.

Com o propósito claro de formular, articular e realizar ações que promovam o desenvolvimento regional e setorial, através da inclusão produtiva e do estímulo ao empreendedorismo, buscando a sustentabilidade das MPes em Alagoas, a SEDETUR aloca diversos projetos nessa Superintendência, tais como: Programa de Arranjos Produtivos Locais (PAPL), Programa do Artesanato Brasileiro em Alagoas, Programas de Empreendedorismo, Programa Compra Alagoas, Programas de Cooperativismo e Associativismo, entre outros.

O Programa dos Arranjos Produtivos Locais acontece desde 2004, em parceria com o SEBRAE Alagoas. Atualmente, ele conta com 18 APLs, contemplando 82 municípios alagoanos, beneficiando mais de 16 mil micro e pequenos empreendedores no estado, ao longo desses anos.

O Programa do Artesanato Brasileiro é uma iniciativa do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (MDIC), sendo executada em Alagoas pela SEDETUR. Visa fomentar o processo de transformação econômica por meio do desenvolvimento das comunidades e dos produtos genuinamente nacionais, valorizando assim a cultura local.

O Programa Compra Alagoas, como é chamado o programa estadual de compras governamentais, foi instituído em 2012 e tem como objetivo principal fomentar as compras governamentais por meio das MPes do estado. Segundo o decreto, ficou instituído que 30% das compras públicas do Estado de Alagoas seriam feitas de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte alagoanas.

Além de ser uma das responsáveis diretas pelas micro e pequenas empresas no estado de Alagoas, a SEDETUR ainda tem vinculadas duas instituições que trabalham em prol do desenvolvimento e fortalecimento das MPes alagoanas: JUCEAL e DESENVOLVE.

4.2.1 JUCEAL - Junta Comercial do Estado de Alagoas

A Junta Comercial do Estado de Alagoas, que foi criada em 1893, tem como missão “garantir a publicidade, autenticidade, segurança e eficácia dos atos jurídicos do empresário, das sociedades empresárias e dos agentes auxiliares do comércio, de forma transparente e com excelência, contribuindo para o desenvolvimento econômico de Alagoas”.

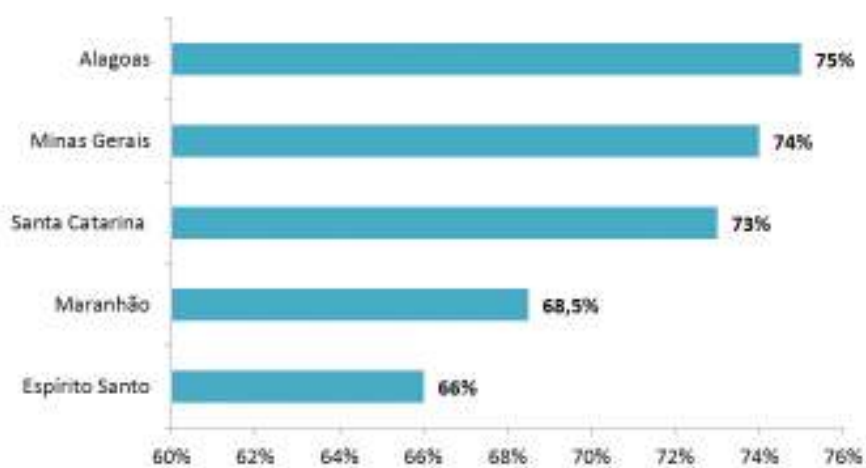
Para tanto, através do Portal Facilita Alagoas, a JUCEAL é responsável pelos processos de abertura, alterações e baixa das empresas, gerando benefícios para as empresas, para os municípios e para a sociedade. Além disso, o órgão serve de ligação direta entre seus clientes (empresas) e alguns órgãos parceiros, tais como Receita Federal, Secretaria da Fazenda, Vigilância Sanitária e outros.

Essa desburocratização dos processos de abertura e fechamento de uma empresa só foi possível graças ao grande esforço que vem sendo feito através da Rede Nacional

para a Simplificação do Registro e da Legalização de Empresas e Negócios (Redesim), que é administrada pela JUCEAL.

Como resultado do bom trabalho da Redesim no estado, de acordo com um estudo realizado pelo Departamento de Registro Empresarial e Integração (DREI), Alagoas é o melhor estado do país quanto à desburocratização dos negócios, atingindo 75% da totalidade de implantação e execução que são determinados pelo projeto.

Gráfico 4.1 – Melhores estados quanto à desburocratização do ambiente de negócios (2015).



Fonte: DREI. Elaboração do Observatório da Lei Geral da Micro e Pequena Empresa (2016).

Esse processo de desburocratização tanto da abertura quanto do encerramento das atividades de uma empresa em Alagoas colabora para o desenvolvimento do estado, uma vez que essa maior facilidade de abrir ou fechar um negócio pode ajudar a atrair novos investimentos para a região.

4.2.2 DESENVOLVE - Agência de Fomento de Alagoas

A Agência de Fomento de Alagoas (DESENVOLVE) é uma instituição financeira alagoana que tem a regulação e supervisão de suas atividades realizada pelo Banco Central. Suas ações são voltadas exclusivamente para o desenvolvimento socioeconômico do estado.

Diferentemente da maioria das agências de fomento, a DESENVOLVE se destaca por, além de disponibilizar crédito para micro, pequenos e médios empreendedores, atuar também no desenvolvimento de projetos que tenham por objetivo formalizar e organizar pequenos negócios, levando à sustentabilidade destes, gerando emprego e renda para a população.

Alguns dos programas mais importantes da agência de fomento que estão ligados às MPEs alagoanas são: Edital de Apoio aos Arranjos Produtivos Locais de Baixa Renda, Programa de Apoio à Capitalização de Cooperativas de Crédito e Organizações de Microcrédito de Alagoas (PROCAP), Programa de Fortalecimento das Microfinanças de Alagoas e Programa de Redução da Pobreza Alagoas Cidadã.

Quanto às linhas de financiamento da DESENVOLVE, algumas delas são voltadas especificamente para os microempreendedores individuais, microempresas, empresas de pequeno porte e médias empresas. São créditos disponibilizados para os mais diversos fins, como aqueles voltados para o desenvolvimento de inovação por parte das empresas, aqueles voltados para pequenos produtores rurais do Sertão alagoano e ainda o crédito destinado às empresas que participam de licitações públicas do Estado.

Tabela 4.2 – Linhas de Financiamento da DESENVOLVE voltadas para MPEs.

Linha de Financiamento	Descrição	Limite
PROFICO - Programa de Financiamento a Cooperativas e Associações Produtivas	Fomentar a gestão de associações e cooperativas e fomentar o investimento desses organismos em pequenos negócios no estado	R\$ 300.000,00
INOVACRED Expresso	Linha de crédito para MPEs que desenvolvam atividades inovadoras, visando novos produtos ou processos	R\$ 150.000,00
Compras Governamentais	Linha para atender MEIs e MPEs que participem dos processos de licitação pública do Estado	R\$ 80.000,00
Arranjos Produtivos Locais	Linha voltada aos MEIs e MPEs que estejam vinculados ao PAPL de Alagoas	R\$ 360.000,00
Microcrédito Desenvolve/BNDES	Linha voltada aos MEIs e MPEs de Alagoas	R\$ 15.000,00
Microcrédito Desenvolve/Sertão	Linha para produtores rurais e pequenos empreendedores do Sertão alagoano	R\$ 15.000,00
Crédito Competitivo	Linha para MPEs com base em um Plano de Negócios que contemple segmentos atendidos pela DESENVOLVE	R\$ 300.000,00
Força Cooperativa	Linha para associações e cooperativas de produção de Alagoas	R\$ 300.000,00

Fonte: DESENVOLVE (2016).

Além da liberação de crédito, a agência de fomento ainda oferece orientação e capacitação, que acabam sendo decisivas para a sobrevivência dos pequenos negócios do estado.

4.3 SINE e Sistema S

A falta de qualificação profissional ainda é um dos grandes problemas do mercado de trabalho brasileiro. São inúmeros os setores da economia que sofrem com a defasagem de profissionais qualificados e as MPÉs também são afetadas.

No Anuário do Trabalho das Micro e Pequenas Empresas (2014), realizado pelo SEBRAE em parceria com o DIEESE, é possível perceber como está configurada a distribuição dos ocupados nas MPÉs por nível de escolaridade no Brasil. Apenas 52,7% dos ocupados em empresas deste porte possuem nível médio completo ou nível superior completo. Os 47,3% restantes dos ocupados estão distribuídos entre analfabetos, pessoal com fundamental incompleto e pessoal com fundamental completo/médio incompleto.

A situação não é diferente em Alagoas e algumas instituições e órgãos trabalham no sentido de ampliar as oportunidades de qualificação da mão de obra do estado, como é o caso do SINE, além do SEBRAE e de outras entidades participantes do Sistema S.

No caso do Sistema Nacional de Emprego (SINE Alagoas), dentre os serviços ofertados, merecem destaque o serviço de Intermediação de Mão de Obra e o Programa de Qualificação Social e Profissional.

Este Programa de Qualificação Social e Profissional é um direito dos trabalhadores, assegurado pelo Ministério do Trabalho e Emprego, dando preferência aqueles com escolaridade inferior ao 1º grau completo, de etnia afro-brasileira ou indígena, portadores de necessidades especiais, chefes de família, especialmente mulher e jovens, entre outros.

Nesse sentido, o SINE Alagoas realiza diversos cursos, alguns em parcerias com algumas instituições de ensino superior, no intuito de melhor qualificar a mão de obra alagoana, preparando-a para atender as demandas específicas das empresas do estado.

O Sistema S, que é formado por entidades corporativas voltadas para o treinamento profissional, também atua na qualificação da mão de obra em Alagoas. Entidades como SEBRAE, SENAC, SENAI, SESI, SESC e outros disponibilizam cursos de capacitação para os mais variados públicos, mas todos com o objetivo de melhor prepará-los para o mercado de trabalho.

O Governo Federal lançou o programa Pronatec Aprendiz na Micro e Pequena Empresa, com o objetivo claro de qualificar estudantes da rede pública entre 14 e 18

anos de idade, com cursos ofertados pelas instituições federais, estaduais e municipais de ensino e pelas entidades do Sistema S, além de facilitar a entrada destes mesmos jovens no mercado de trabalho, através de parceria com as micro e pequenas empresas.

4.4 BNB - Banco do Nordeste

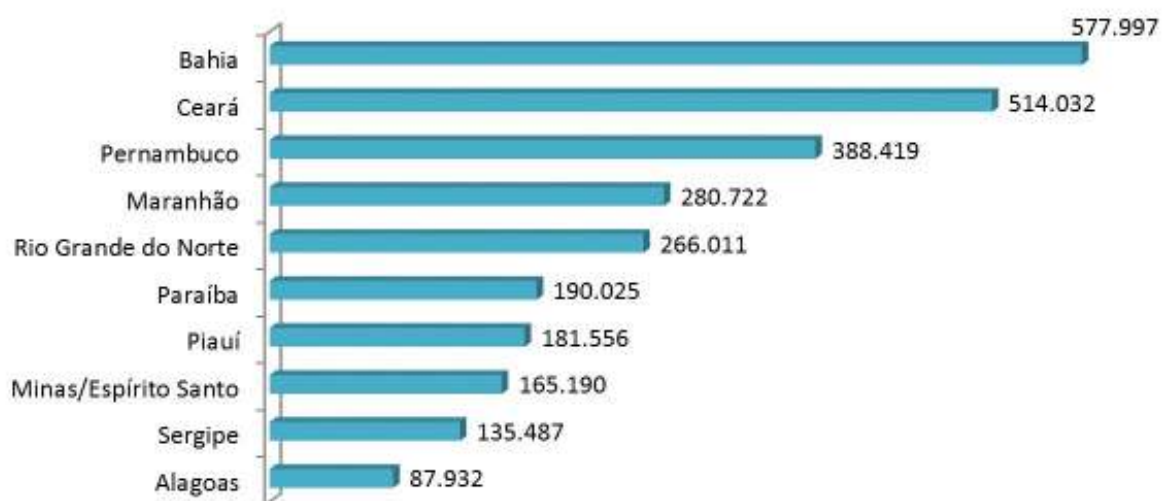
O Banco do Nordeste é considerado o maior banco de desenvolvimento regional da América Latina e, reconhecendo a importância das micro e pequenas empresas para o desenvolvimento local, o BNB incluiu o segmento das MPEs no seu planejamento estratégico.

Dentre as vantagens para as micro e pequenas empresas de uma parceria com o BNB, pode-se destacar: financiamento de investimento de expansão e modernização dos estabelecimento com um prazo maior para pagamento, taxas de juros atrativas, simplificação do processo de crédito, dispensa de garantias reais em negócios de até R\$ 50 mil e operações de curto prazo, entre outras.

As primeiras carteiras voltadas para as MPEs foram criadas em 2006 e, a partir de então, percebeu-se uma evolução no número de contratações de todas as Unidades da Federação onde o BNB atua. As contratações do BNB são divididas entre os recursos provenientes do Fundo Constitucional de Financiamento do Nordeste (FNE) e recursos internos (RECIN).

No ano de 2015, as contratações globais do BNB totalizaram R\$ 2.787,4 milhões e o estado com o maior montante de contratações foi a Bahia, enquanto que aquele com menor valor contratado foi Alagoas, como é possível ver no gráfico abaixo.

Gráfico 4.2 – Contratações realizadas com MPE, Fontes FNE e recursos internos, por Unidade da Federação (2015). (Em R\$ mil)



Fonte: BNB (2015).

Na linha de microcrédito voltado para os empreendedores dos setores formais e informais da economia, tem o Crediamigo, que é considerado o maior Programa de Microcrédito Produtivo Orientado da América Latina. Este programa contempla os microempreendedores individuais, empresário individual, autônomo e sociedade empresária.

O Crediamigo faz parte do Crescer, que é o Programa Nacional de Microcrédito do Governo Federal. Além de liberar o crédito, o BNB oferece acompanhamento e orientação aos microempreendedores quanto às melhores formas de aplicar o recurso concedido. Na tabela abaixo é possível analisar o comportamento de alguns indicadores do Programa Crescer que mostram o seu alcance.

Tabela 4.3 – Indicadores de alcance do Programa Crescer/Crediamigo por Unidade da Federação (2014).

UF	Valor (R\$ milhões)	Quantidade	Clientes Atendidos	Valor Médio (R\$)
CE	524,5	455.685	730.349	1.150,98
BA	205,1	168.208	296.289	1.219,24
PI	186,8	142.522	261.762	1.310,89
MA	141,4	107.445	196.445	1.316,10
PB	132,6	106.916	182.531	1.240,08
PE	111,2	83.228	166.843	1.336,53
RN	90,9	69.110	123.681	1.314,63
AL	89,7	67.699	120.918	1.324,68
MG	80,9	57.952	107.803	1.395,81
SE	66,6	53.376	104.721	1.248,50
ES	4,0	2.217	6.232	1.794,63

Fonte: BNB (2014).

A importância do BNB para o crescimento das micro e pequenas empresas alagoanas, com seus financiamentos especiais, é inegável. E esse maior acesso ao crédito vem aumentando tanto com as MPes da capital Maceió, quanto com as MPes do interior do estado.

5. AÇÕES PARA O FORTALECIMENTO DOS MEIS E MPEs DE ALAGOAS.

Diante do que já foi discutido ao longo deste trabalho, percebeu-se a importância dos microempreendedores individuais, das microempresas e das empresas de pequeno porte no cenário econômico e social alagoano.

Além de gerar arrecadação de impostos para o estado, as MPEs também são responsáveis por uma maior criação de postos de trabalho, gerando mais renda para a população local.

É importante que todas as instituições que trabalham direta ou indiretamente com as micro e pequenas empresas em Alagoas assumam seu papel nessa árdua, mas crucial tarefa de desenvolver mais ainda o empreendedorismo local, dando suporte aos pequenos negócios nas mais diversas linhas de atuação.

O Governo do Estado de Alagoas tem o papel fundamental de liderar esse processo de fortalecimento dos microempreendedores individuais e das micro e pequenas empresas, agindo sempre em parceria com as demais instituições que lidam com as MPEs, seja intensificando as ações de capacitação e qualificação da mão de obra, seja com um maior financiamento e liberação de crédito pelos bancos de desenvolvimento e agências de fomento, seja difundindo a cultura empreendedora entre os jovens ou desenvolvendo políticas públicas que deem um tratamento diferenciado a estes pequenos empreendedores.

Partindo desta necessidade, a seguir serão discutidas algumas ações que podem contribuir, no sentido de estimular, apoiar e fortalecer o pequeno empreendedor alagoano.

5.1 Garantir a inserção das empresas alagoanas nos programas de compras governamentais

Introdução

Em muitos países e regiões, o poder de compra do Estado vem sendo utilizado como política de estímulo à atividade empresarial. No caso de Alagoas, que instituiu em 2012 o programa estadual de compras governamentais intitulado de Compra Alagoas, o intuito era de fomentar o empreendedorismo local, impactando também na geração de emprego e renda para a população.

O Compra Alagoas consiste em garantir que 30% das compras públicas de Alagoas sejam feitas de microempreendedores individuais, microempresas e empresas de pequeno porte do estado.

Objetivo

Criar o Portal Compra Alagoas, com o intuito de divulgar antecipadamente o planejamento anual de compras públicas do Estado, com quantidades e possíveis datas.

Ações

- Permitir que as empresas fiquem sabendo antecipadamente das intenções de compras governamentais para o exercício seguinte;
- Realizar o cadastro das empresas que têm interesse em participar dos processos de licitação do Estado;
- Fazer um cadastro específico para micro e pequenas empresas;
- Elaborar editais de compra em lotes menores, sempre que possível, para possibilitar que MPEs tenham capacidade de ser fornecedoras;
- Priorizar a contratação de MPEs em caso de dispensa de licitação ou empate;
- Realizar processos licitatórios exclusivos para a participação das MPEs, com contratações de até R\$ 80.000,00;
- Desburocratizar a documentação exigida para a habilitação das MPEs.

Parceiros

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR);
- Secretaria de Estado do Planejamento, Gestão e Patrimônio (SEPLAG);
- Agência de Fomento de Alagoas (DESENVOLVE);
- Agência de Modernização da Gestão de Processos (AMGESP);
- Procuradoria Geral do Estado de Alagoas (PGE).

5.2 Promover campanhas, políticas e programas visando estimular o fortalecimento de crédito das MPEs

Introdução

As microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, que representaram 95,6% do total de empresas ativas do estado de Alagoas no ano de 2015, ainda têm uma série de dificuldades de acesso ao crédito para financiar seu crescimento.

Instituições financeiras como o Banco do Nordeste (BNB), Caixa Econômica Federal, Banco do Brasil e a DESENVOLVE apresentam linhas de créditos específicas para as MPEs que são direcionadas tanto para investimentos quanto para capital de giro.

Do período de 2012 a 2014, o BNB em Alagoas aumentou o número de clientes atendidos pelo Crediamigo, bem como o número de operações contratadas e o valor total contratado, de R\$ 58 milhões em 2012 para R\$ 86 milhões em 2014. Porém, ainda assim, Alagoas continua sendo o estado atendido pelo BNB com o menor número de contratações de crédito pelas MPEs no ano de 2015 .

Realizando-se uma comparação entre Alagoas, Sergipe e Piauí, no ano de 2015 é possível perceber essa distorção, como exposta na tabela abaixo.

Tabela 5.1 – Comparação entre Alagoas, Piauí e Sergipe (2015).

Estados	População (em milhões)	Número de MPEs	Nº de Contratações do BNB
Alagoas	3,32	141.637	87.932
Piauí	3,19	125.889	181.556
Sergipe	2,22	88.332	135.487

Fonte: IBGE (2015), Empresômetro (2016) e BNB (2015).

Fica então a pergunta de como é possível que dois estados com populações menores que a alagoana, com número menores de MPEs, consiga ter número de contratações de crédito do BNB pelas MPEs tão superiores aos apresentados por Alagoas.

Possivelmente, as MPEs alagoanas estão tendo mais dificuldades de acesso ao crédito disponibilizado pelo BNB do que as empresas de mesmo porte dos demais estados atendidos pelo banco.

Objetivo

Fortalecer o crédito junto às microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais do estado de Alagoas.

Ações

- Fortalecer as cooperativas de crédito do estado;
- Buscar maior interação entre o SEBRAE e as MPEs no sentido de gerar uma maior orientação na elaboração do plano de negócios para contratação de crédito junto às instituições financeiras;

- Divulgar de forma mais intensa todas as linhas de crédito da DESENVOLVE e do BNB disponíveis para as MPes;
- Ampliar a quantidade de agentes de desenvolvimento da DESENVOLVE;

Parceiros

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR);
- Agência de Fomento de Alagoas (DESENVOLVE);
- Banco do Nordeste (BNB);
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE Alagoas).

5.3 Estimular e apoiar a criação de incubadoras de empresas, objetivando dar suporte às empresas emergentes no estado

Introdução

De acordo com Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (ANPROTEC), o conceito de incubadora de empresa pode ser visto como:

Uma incubadora é uma entidade que tem por objetivo oferecer suporte a empreendedores para que eles possam desenvolver ideias inovadoras e transformá-las em empreendimentos de sucesso. Para isso, oferece infraestrutura, capacitação e suporte gerencial, orientando os empreendedores sobre aspectos administrativos, comerciais, financeiros e jurídicos, entre outras questões essenciais ao desenvolvimento de uma empresa (ANPROTEC, 2016).

Sendo assim, as incubadoras de empresas se apresentam como uma importante ferramenta no processo de fortalecimento do empreendedorismo local, uma vez que dão todo o suporte necessário aos pequenos negócios, principalmente aqueles inovadores, desde os estágios iniciais, preparando-os para enfrentar as dificuldades impostas pelo mercado.

Neste caso, as incubadoras auxiliam as micro e pequenas empresas a superar algumas falhas de mercado, gerando emprego e renda para a população e maior arrecadação de impostos para o estado (ANDRADE JUNIOR e SILVA, 2012).

Elas podem surgir a partir da iniciativa pública ou privada e podem ser de diversos tipos, tais como as de base tecnológica, as tradicionais, as mistas e as sociais.

De acordo com Lima et al. (2014), Alagoas conta com 6 incubadoras que fazem parte

da Rede Alagoana de Incubadoras de Empresas (RAIE), com aproximadamente 50 empresas incubadas. São elas: INCUBAL (UFAL), IET (FEJAL), Núcleo Espaço Gente (UFAL), NIEP (Cooperativa Pindorama), INCLA (SENAI) e UNITEC (UNCISAL).

Os maiores problemas enfrentados pelas incubadoras alagoanas são a falta de pessoal e de incentivo nas universidades públicas, dificuldades de financiamento e um modelo de governança fraco (LIMA et al., 2014). Além disso, é possível citar baixa infraestrutura física e dificuldades de gerenciamento.

Objetivo

Estimular e apoiar a criação de incubadoras de empresas, além de promover o desenvolvimento daquelas já existentes, no sentido de fortalecer o empreendedorismo no estado de Alagoas.

Ações

- Conscientizar a comunidade acadêmica e empresarial da necessidade e da importância das incubadoras no desenvolvimento do empreendedorismo no estado;
- Desenvolver cursos de capacitação direcionados aos gestores das incubadoras existentes;
- Criar um ambiente de maior interação entre a universidade, o empresariado e o Governo do Estado;
- Disponibilizar linhas de financiamento específicas para incubadoras de empresas;
- Fortalecer a Rede Alagoana de Incubadoras de Empresas (RAIE);

Parceiros

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR);
- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (SECTI);
- Universidade Federal de Alagoas (UFAL);
- Universidade Estadual de Ciências da Saúde Alagoas (UNCISAL);
- Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL);
- Banco do Nordeste (BNB);
- Agência de Fomento de Alagoas (DESENVOLVE);
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE Alagoas).

5.4 Apoiar a criação de programas de empreendedorismo na rede pública de ensino

Introdução

A educação empreendedora para os jovens vem ocupando cada vez mais espaço na agenda de discussões sobre o desenvolvimento do empreendedorismo em todo o Brasil. É importante que a cultura de empreender e ser dono do próprio negócio seja disseminada desde cedo e a escola tem um papel fundamental nesse processo.

O SEBRAE, por meio do Programa Educação Empreendedora, já realiza um trabalho no sentido de incluir conteúdos de empreendedorismo no currículo de alunos de ensino fundamental, médio, técnico e superior. Porém, esse programa precisa ser mais difundido nas escolas públicas de Alagoas.

Uma experiência em Portugal buscou criar nas escolas os chamados Clubes de Empreendedorismo (IERA, 2015), adotando uma metodologia de ensino que trabalha o desenvolvimento da capacidade de trabalhar em equipe, espírito crítico, capacidade de comunicação, liderança, autonomia, gestão de projetos, pensamento estratégico, criatividade etc.

O município de Macapá (AP) criou o projeto de lei que instituiu a criação do Programa Educacional sobre Empreendedorismo nas Escolas Públicas de Ensino Fundamental de Macapá (Proem). O programa, realizado em parceria com o SEBRAE, tem o intuito de levar, através de ações pedagógicas, a disseminação da cultura empreendedora para esses estudantes.

Objetivo

Fortalecer a educação empreendedora nas escolas públicas de ensino médio do estado de Alagoas.

Ações

- Ampliar, em parceria com o SEBRAE, o alcance do Programa Educação Empreendedora;
- Criar um projeto piloto do Clube de Empreendedorismo em pelo menos uma escola pública de cada uma das Coordenadorias Regionais de Educação de Alagoas, buscando replicar a experiência portuguesa;
- Capacitar os professores das escolas envolvidas no referido projeto através de cursos no SEBRAE;
- Lançar o Desafio Jovem Empreendedor entre os estudantes de ensino médio da rede pública;

Parceiros

- Secretaria de Estado da Educação de Alagoas;
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE Alagoas).
- Secretaria Municipal de Educação

5.5 Garantir a manutenção do desenvolvimento dos arranjos produtivos locais do estado

Introdução

De acordo com o conceito de arranjos produtivos locais desenvolvido pela RedeSist, os APLs são caracterizados como um aglomerado de empresas num mesmo território, que possuem uma especialização produtiva e aproveitam essa proximidade para se articular, interagir, cooperar e aprender entre si e com outros atores locais, sejam instituições públicas ou privadas, voltadas para: “formação e capacitação de mão de obra (escolas técnicas e universidades), pesquisa, desenvolvimento e engenharia, política, promoção e financiamento” (CASSIOLATO, LASTRES; 2003, p. 5).

Em 2008, a Política de Arranjos Produtivos Locais (PAPL) de Alagoas passou a ser considerada uma política de desenvolvimento do estado e está sob a coordenação da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR).

Hoje, o estado de Alagoas conta com 18 APLs, beneficiando diretamente oitenta e dois municípios alagoanos e gerando 3.676 empregos formais e 13.601 empregos informais. Estes arranjos estão divididos em atividades como: Apicultura, Cerâmico e Oleiro, Extração Artesanal de Granito, Fitoterápico, Fruticultura, Horticultura, Mandioca, Móveis, Ovinocaprinocultura, Piscicultura, Plantas Medicinais e Fitoterápicos, Rizicultura, Tecnologia da Informação e Turismo (SEDETUR, 2016).

Objetivo

- Apoiar o desenvolvimento dos arranjos produtivos locais alagoanos.

Ações

- Proporcionar maior interação dos arranjos com as instituições públicas de ensino superior e tecnológico do estado de Alagoas, tais como a UFAL, UNEAL, IFAL e EAFS;
- Intensificar o monitoramento dos APLs existentes;
- Ampliar o alcance dos programas de assistência técnica, levando em conta as necessidades específicas de cada arranjo;

- Criar canais de comercialização para os produtos produzidos pelas empresas vinculadas aos APLs do estado;
- Desenvolver políticas de tributação diferenciadas para os produtos produzidos pelas empresas vinculadas aos APLs alagoanos;

Parceiros

- Secretaria de Estado do Desenvolvimento Econômico e Turismo (SEDETUR);
- Secretaria de Estado da Ciência, da Tecnologia e da Inovação (SECTI);
- Universidade Federal de Alagoas (UFAL);
- Fundação de Amparo à Pesquisa de Alagoas (FAPEAL);
- Banco do Nordeste (BNB);
- Agência de Fomento de Alagoas (DESENVOLVE);
- Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE Alagoas).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente trabalho teve o objetivo de expor o cenário no qual estão inseridas as microempresas, empresas de pequeno porte e microempreendedores individuais, dentro do contexto nacional e alagoano.

Percebeu-se, então, que as MPes alagoanas, seguindo a tendência nacional de maior formalização de seus negócios, facilitada pela implementação do Simples Nacional, apresentaram um crescimento extraordinário, passando de 43.345 MPes em 2007 para 143.050 em 2015. As micro e pequenas empresas representam 95,6% do total de empresas ativas do estado de Alagoas.

No ano de 2015, mais da metade das MPes do estado estavam desenvolvendo suas atividades no comércio (54,3%). O restante estava inserido no setor de serviços (30,7%), indústria de transformação (7,8%), construção civil (4,2%) e outras atividades (3,1%). O faturamento das MPes nesse ano foi de R\$ 4,081 bilhões e a arrecadação foi de R\$ 356 milhões.

Alagoas se destaca ainda por ter um ambiente extremamente desburocratizado para as MPes, se comparado aos demais estados do país. Além disso, a taxa de sobrevivência destas empresas alagoanas (78%) é uma das maiores do país, sendo maior até que a média nacional (76%).

Dentro dessa perspectiva, algumas instituições como SEBRAE/AL, SEDETUR, JUCEAL, DESENVOLVE, SINE, SISTEMA S e BNB já vêm trabalhando no sentido de dar suporte ao desenvolvimento das micro e pequenas empresas, seja disponibilizando crédito, realizando cursos de capacitação e qualificação da mão de obra ou desenvolvendo a cultura empreendedora no estado.

Muito já vem sendo feito, mas ainda há um longo caminho a ser percorrido para fortalecer o empreendedorismo local. Neste sentido, o presente estudo propôs algumas ações relacionadas a compras governamentais, fortalecimento do crédito, apoio às incubadoras, educação empreendedora e desenvolvimento dos APLs.

7. REFERÊNCIAS

ANPROTEC. **Incubadoras e Parques Tecnológicos**. Disponível em: < <http://anprotec.org.br/site/menu/incubadoras-e-parques/>>. Acessado em 20 de Maio de 2016.

ANDRADE Junior, P. P.; SILVA, F. M. G. **Incubadoras de Empresas e o Desenvolvimento Econômico e Tecnológico**. Revista de Engenharia e Tecnologia, v. 4, n. 3, Dezembro de 2012.

BNB. **Relatório 2014 – Programa de Microfinanças do Banco do Nordeste**. 2014.

_____. **Relatório MPE 2015 – Banco Do Nordeste: Parceiro da Micro e Pequena Empresa**. 2015.

BRASIL. **Lei Complementar nº 123, de 14 de Dezembro de 2006**. Institui o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte. Disponível no Diário Oficial da União de 15 de Dezembro de 2006.

_____. **Lei Complementar nº 128, de 19 de Dezembro de 2008**. Disciplina diversas alterações na Lei Complementar nº 123/06. Disponível no Diário Oficial da União de 22 de Dezembro de 2008.

_____. Ministério da Fazenda – Receita Federal. **Estatísticas do Simples Nacional e SIMEI**. Disponível em: < <http://www8.receita.fazenda.gov.br/simplesnacional/Arrecadacao/EstatisticasArrecadacao.aspx>>. Acessado em: 15 de Abril de 2016.

CASSIOLATO, J. E.; LASTRES, H. M. M.. **Políticas para promoção de Arranjos Produtivos e Inovativos Locais de Micro e Pequenas Empresas: conceito, vantagens e restrições e equívocos usuais**. RedeSist, 2003. Disponível em: <www.ie-ufrj.br/redesist>.

DESENVOLVE. **Linhas de Financiamento da Agência de Fomento de Alagoas**. Disponível em: < <http://www.desenvolve-al.com.br/credito/linha-de-financiamento>>. Acessado em 20 de Março de 2016.

EMPRESÔMETRO. **Estatísticas de MPEs. Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo**. Disponível em: < <http://empresometro.cnc.org.br/Estatisticas>>. Acessado em 30 de Maio de 2016.

IBGE. **Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio Contínua**. Disponível em: < http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/indicadores/trabalhoerendimento/pnad_continua/>. Acessado em 14 de Abril de 2016.

IERA. **Incubadora de Empresas da Região de Aveiro. Manual para a Criação dos Clubes de Empreendedorismo nas Escolas**. Aveiro, 2015.

JUCEAL.

LIMA *et al.* **Uma análise do movimento de incubadoras de empresas de Alagoas: diagnóstico e soluções em um estado periférico**. XXIII Seminário Nacional de

Parques Tecnológicos e Incubadoras de Empresas. Recife, 2014.

OBSERVATÓRIO DA LEI GERAL DA MICRO E PEQUENA EMPRESA. Alagoas é o melhor estado quanto à desburocratização de negócios. Disponível em: <<http://www.leigeral.com.br/portal/main.jsp?lumPageId=FF808181273DE6BD01273E3A95932E63&lumItemId=FF8080815081655E0150F206B9A6395C>>. Acessado em 18 de Março de 2016.

_____. **Inadimplência do MEI segue curva ascendente.** Disponível em: <http://www.leigeral.com.br/portal/main.jsp?lumPageId=FF808181273DE6BD01273E3A95932E63&lumItemId=FF80808151B1795401537681F45F079A>. Acessado em 15 de Abril de 2016.

SEBRAE. **Lei Geral da Micro e Pequena Empresa – Conheça as mudanças, os procedimentos e os benefícios.** Brasília, 2007.

_____. **Sobrevivência das Empresas no Brasil – Coleção de Estudos e Pesquisas.** Unidade de Gestão Estratégica. Brasília, 2013.

_____. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira.** Unidade de Gestão Estratégica. Brasília, 2014.

_____. (org.). **Anuário do Trabalho na Micro e Pequena Empresa em 2014.** Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos – DIEESE. São Paulo, 2015a.

_____. **Participação das Micro e Pequenas Empresas na Economia Brasileira – Região Nordeste.** Unidade de Gestão Estratégica. Brasília, 2015b.

SEBRAE/AL. **Relatório de Gestão do Exercício – 2014.** Maceió, 2015.

SEDETUR. **Síntese de Informações sobre o Programa de Arranjos Produtivos Locais de Alagoas – PAPL.** Superintendência de Desenvolvimento Regional, 2016.

**Secretaria do
Planejamento, Gestão
e Patrimônio**

